



**CIMLT**

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO

**SESSÃO DA  
ASSEMBLEIA  
INTERMUNICIPAL  
DA CIMLT**

**ACTA Nº 7  
DE  
22 / 06 / 2011**

*Ag*



**CIMLT**

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO

Handwritten initials and a signature in the top right corner.

**ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL  
DA LEZÍRIA DO TEJO**

**ACTA Nº 7**

**SESSÃO ORDINÁRIA**

**Dia 22 de Junho de 2011**

**Início da Sessão: 21.00 horas**

**Términus da Sessão: 22.30 horas**

**Presidente da Mesa: Idália Maria Marques Salvador Serrão Menezes Moniz**

**Vice-Presidente da Mesa: Ana Carla Ferreira Gonçalves**

**Secretária da Mesa: Carla Cristina Rodrigues Dias**

**ACTA DA SÉTIMA SESSÃO DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA COMUNIDADE  
INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO (CIMLT)**

--- Aos vinte e dois dias do mês de Junho do ano de dois mil e onze, na sala de reuniões do Centro de Serviços da Lezíria do Tejo, edifício sede da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, reuniu-se a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT), na sequência de Convocatória efectuada ao abrigo do disposto nos termos do n.º 1 do artigo 45.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aplicável por determinação do artigo 9.º da Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto, e da alínea a) do artigo 13.º da Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto e de acordo com a Ordem do Dia, antecipadamente divulgada junto de todos os seus deputados. Os respectivos trabalhos tiveram início pelas 21.00 horas.-----

--- Estiveram presentes os seguintes membros da Assembleia Intermunicipal da CIMLT: Carlos Manuel Russo Mota, José Francisco Correia Afonso Marouço, Teresa Isabel Almeida Filipe, Aquilino Manuel Pratas Fidalgo (em substituição de Ana Sofia Fonseca Casebre), Celestino Tomás Pereira Brasileiro, Paulo Duarte Paulino Sardinheiro, António Pratas Cardoso, Francisco Alberto dos Santos Jerónimo, António José Rodrigues, Manuel Luís Gutierrez de Matos (em substituição de Carlos Alberto Salvador Pernes), Nelson Pinheiro da Silva Lopes (em substituição de Carlos Orlando Mendes Pauleta), Ana Carla Ferreira Gonçalves, Nuno Manuel David Ganhão Vieira (em substituição de Sónia Patrícia da Silva Ferreira), Maria Manuel Simão, Rodrigo António Ferreira Amado Rodrigues, Fernando Manuel Duarte dos Santos, Francisco José Velez Gaspar, José Joaquim Jesus Braz, Rui Miguel Garrido Conde Andrade Rufino, Osvaldo Manuel dos Santos Ferreira, Artur Fernando Salgado, Mara Lúcia Lagriminha Coelho, António Joaquim Soares (em substituição de Liliana Catarina Barroso de Sousa), Maria Manuela da Guia Núncio Lucas, Carla Cristina Rodrigues Dias, Albino da Piedade Ferreira, João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira, Patrícia Cachulo Pote, Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão, Carlos Manuel Neves Leal, João

Maria da Silva Travessa Filipe, Nuno Rafael Marona de Carvalho, Cristina Margarida Gomes Casanova de Pereira Martins, Eduardo José Russo Gomes, Manuel Maria Lagos Pedroso, Idália Maria Marques Salvador Serrão e Joaquim Augusto Queirós Frazão Neto. -----

--- Apresentaram justificação de falta os seguintes membros: Jorge Alberto Cosme de Sousa Roberto, Pedro Miguel dos Santos Queimado, Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha, Lúcio Manuel Fernandes Marques D'Oliveira, Rui Manuel Presúncia de Jesus, Inês da Nóbrega D'Aguiar, Rui Augusto Nabais e António Manuel Silva Arribança.-----

--- Não apresentaram justificação de falta os seguintes membros: Paulo Duarte Paulino Sardinheiro, Pedro Raimundo Duarte Coelho, Bernardo António Palheta Serra, Maria Luísa de Freitas Pato Afonso Dias, António Pedro Mendonça Vieira, Filipe Claro Justino e António Manuel da Silva Moreira.-----

--- Foi a seguinte a Ordem de Trabalhos da Sessão: -----

--- Período Antes da Ordem do Dia;-----

--- Ordem do Dia:-----

--- 1 – Apreciação da Actividade da Comunidade Intermunicipal;-----

--- 2 – Apreciação e Votação de Proposta de Segunda Revisão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2011;-----

--- 3 – Apreciação e Votação de Proposta de Projecto de Regulamento para Inspecção de Ascensores, Monta-Cargas, Escadas Mecânicas e Tapetes Rolantes, Taxas e Regime Sancionatório da CIMLT.-----

--- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Mara Lúcia Lagriminha Coelho (PS)**, apresentando, em nome do grupo do Partido Socialista, um Voto de Solidariedade para com a Freguesia de Santana do Mato: “recentemente a Freguesia de Santana do Mato viu o edifício da autarquia ser brutalmente destruído, em consequência de uma tentativa de assalto à caixa multibanco que existia no edifício dessa mesma Junta de



Freguesia. Actos criminosos como este têm vindo a ocorrer um pouco por todo o País, embora com uma incidência maior na região Oeste, com um *modus operandi* cada vez mais violento. Consideramos que a segurança das populações está em primeiro lugar e que as instituições têm de ser o garante dessa mesma segurança. No caso específico dos assaltos a caixas ATM é fundamental que se reforce as medidas de prevenção, o que deve passar também por um reforço da segurança nos ambientes ou locais onde os equipamentos ATM estão instalados, tanto mais se estiverem instalados em edifícios públicos e com património público. Nesse sentido é necessário uma melhor colaboração entre os diversos agentes que têm responsabilidades nesta matéria: SIBS, entidades bancárias, autoridades policiais, de modo a que no futuro se salvguarde não só o equipamento, mas também as infra-estruturas onde esses equipamentos estão instalados. A Assembleia Intermunicipal da Lezíria do Tejo, reunida a 22 de Junho de 2011, solidariza-se com toda a população da Freguesia de Santana do Mato, com o Presidente da Junta de Freguesia, Joaquim Banha, com todo o Executivo da Assembleia de Freguesia, lamentando os danos que ocorreram no edifício, no património material e histórico que se perdeu, significando uma perda para o povo de Santana e para a história da Freguesia. Envie-se este presente Voto ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santana do Mato, à Câmara Municipal de Coruche, à Assembleia Municipal de Coruche, ao senhor Ministro da Administração Interna e à Comunicação Social regional".-----

----- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Idália Maria Marques Salvador Serrão (PS)**, referindo que a Mesa tinha tomado nota do Voto de Solidariedade, mas esta era uma figura que não estava presente no Regimento. Dado o teor da mesma, a senhora Presidente colocou à apreciação dos membros da Assembleia, e caso não houvesse nenhuma voz discordante, que se pudesse fazer proceder de acordo com o que era proposto pela bancada do PS. Por outro lado, lembrou que a bancada do PS também estava no direito de enquadrar o seu voto naqueles que estavam previstos em Regimento, se achasse que devia mudar

o teor do Voto apresentado. Questionou, ainda assim, se os membros da Assembleia Intermunicipal viam algum impedimento nesta situação à margem do Regimento da Assembleia. Não havendo impedimentos iriam proceder de acordo com aquela que tinha sido a recomendação do PS.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Nelson Pinheiro da Silva Lopes (CDU)**, manifestando solidariedade e reconhecimento com as várias personalidades que ao longo dos anos exerceram as funções de Governadores Cívicos, uma figura centenária da nossa Democracia. Lembrou que o PSD não iria nomear novos Governadores Cívicos. De acordo com o senhor Deputado, tal tinha dado um pouco a ideia de que se tinham colocado naquele lugar pessoas que não tinham mais nada para fazer, que era um local onde se colocava aqueles que não tinham porventura vocação, competência e capacidade de desempenhar outras funções. O senhor Deputado disse reconhecer que todos fizeram uma aproximação com as comunidades locais e, dentro daquilo que eram as suas competências, desenvolveram um trabalho de alguma importância. Em relação ao benefício/custo, na opinião do senhor Deputado teria que ser feita uma reorganização, mas não se poderia cair na tentação de denegrir essas figuras, porque já tinham provado que eram na sua maioria cidadãos de mérito. O senhor Deputado disse ser a favor de que reequacionasse a sua existência ou não, que se criassem de facto condições para este cargo ou para outro que o pudesse substituir, mas não poderiam perder esta ligação da região ao poder central. Lembrou ainda que naquele caso concreto era fundamental o papel da Comunidade Intermunicipal. Assim, algumas das competências que estavam no Governo Civil poderiam porventura vir a ser muito bem desempenhadas pela Comunidade Intermunicipal. Na opinião do senhor Deputado seria necessário começar a fazer o trabalho de casa, para se poder vir a assumir algumas dessas competências. O senhor Deputado prosseguiu a sua intervenção, mencionando a privatização da Companhia das Lezírias. Lembrou que a Companhia das Lezírias tinha um dos mais valiosos patrimónios em termos ambientais do País, que urgia preservar e que naturalmente



nas mãos de privados poderia ter destinos que não seriam aqueles que os senhores Deputados mais defenderiam. Era apetecível porque tinha potencialidades que poderiam ser muito bem aproveitadas em termos negociais. Assim, sugeriu que a CIMLT deveria também estabelecer o debate aberto sobre o assunto, podendo intervir no sentido de travar este processo de uma pretensiosa privatização. Prosseguindo, o senhor Deputado também se congratulou com o sucesso da iniciativa MAIS Lezíria, uma iniciativa que tinha levado o desporto aos vários Municípios da Lezíria e que tinha provado mais uma vez que juntos se consegue fazer mais, mais barato e com mais qualidade. De acordo com o senhor Deputado, esta era uma iniciativa com pernas para andar, que poderia continuar a ter futuro. Por último exortou o Conselho Executivo da CIMLT a, junto da Entidade de Turismo de Lisboa e Vale do Tejo, reunir no sentido de haver um maior empenho desta entidade na promoção do Turismo nesta região. Recordou que o trabalho da Entidade de Turismo de Lisboa e Vale do Tejo tinha sido criticado por vários Presidentes de Câmara, uma vez que a Entidade se tinha preocupado muito em promover o turismo além fronteiras, mas tinha estado de costas voltadas para a Região. Sublinhou que a Lezíria tinha uma rota de promoção dos vinhos que não existia, mas apenas a sinalética com as adegas fechadas, tinha um património gastronómico que continuava a ser desvalorizado, tinha um conjunto de projectos de privados e autárquicos que continuavam a aguardar financiamento e condições para poder avançar. Assim, era necessária uma intervenção muito mais assertiva por parte da Entidade de Turismo de Lisboa e Vale do Tejo, porque o turismo era uma janela de oportunidades para promover muitas das potencialidades da Região.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Eduardo José Russo Gomes (PSD)**, lembrando que o País tinha atravessado recentemente um período de eleição para o Governo e Assembleia da República. O País tinha mostrado claramente o seu voto e o senhor Primeiro-Ministro tinha-se mostrado disponível para honrar os compromissos assumidos nesta fase difícil da história do País. Assim sendo, referiu que estavam

todos, em conjunto com o Governo, empenhados na reestruturação dos serviços administrativos da Administração Central, do sector empresarial do Estado e do funcionamento orgânico de todo o Estado em geral. Na opinião do senhor Deputado, a CIMLT poderia também, junto dos seus Municípios associados, conseguir transmitir todo este sentimento acerca do País. Acerca de um País que precisava sem dúvida que as estruturas administrativas do Estado fossem enaltecidas, com maior eficiência e eficácia nos seus procedimentos, que aligeirasse o seu peso na sociedade no sentido de se constituir como um órgão mais regulador e menos interventivo e participativo, fomentando a actividade privada. Sobre a questão dos Governos Cívicos, o senhor Deputado disse considerar que o País necessitava de uma reorganização administrativa e que todos deveriam estar disponíveis para discutir ideias sobre a organização administrativa do País. No entanto, disse achar prematuro estar a personalizar a questão em pessoas e não nos cargos. Lembrou que o PSD não era contra as pessoas que estavam nos Governos Cívicos. Apenas e só defendia uma reorganização administrativa e que poderia passar por esta extinção. O senhor Deputado terminou a sua intervenção, pedindo à Comunidade Intermunicipal, no desenvolvimento das suas actividades, que pudesse antecipar esta nova linha, passando a ideia aos seus Municípios de que era possível fazer mais com menos e fazer um conjunto de medidas que pudessem promover a iniciativa privada, agilizando um conjunto de procedimentos e ao mesmo tempo fiscalizando.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Joaquim Jesus Braz (CDU)**, que tendo em conta que a Comunidade Intermunicipal iria com certeza no futuro ter mais competências, apresentou a seguinte Declaração “Por uma política alternativa às políticas de austeridade”: com o início do novo ciclo político, perante o agravamento da crise económica e financeira internacional que afecta os países periféricos da União Europeia, urge adoptar uma nova política alternativa às políticas de austeridade que estão na ordem do dia. Por isso, com o início do novo ciclo político, perante o agravamento da crise económica e financeira internacional urge adoptar



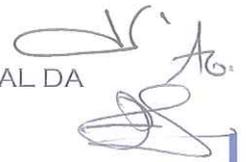
uma nova política alternativa às medidas de austeridade impostas. Para evitar no futuro uma situação semelhante à da Grécia será necessário adoptar algumas medidas alternativas, como têm defendido alguns prestigiados economistas, nomeadamente: 1 – Renegociação da dívida, com alargamento dos prazos de pagamento e abaixamento das taxas de juro; 2 – Promover a procura interna de produtos nacionais, dinamizando a indústria, a agricultura, a produção florestal e pescas; 3 – Criação de emprego nestes sectores, criação de riqueza, diminuição das importações e aumento das exportações; 4 – Combater a recessão económica do País; 5 - Valorização do emprego e da formação profissional, com a melhoria da produtividade e dinamização da economia, com a valorização dos recursos humanos e aumento da inovação; 5 – Evitar a fuga de cérebros nacionais para o estrangeiro. Sabemos que o país investe na formação dos nossos jovens, tem altas qualificações e uma grande parte deles, para ter ocupação, têm que emigrar; 6 – Ponderação na alteração da organização laboral. Rejeitar o despedimento sem justa causa e respeitar a dignidade no trabalho como factor de produção da riqueza nacional. Estas propostas são um contributo para a reflexão que temos que fazer em termos regionais e autárquicos.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes (PS)**, dizendo estar disponível para participar na solução de problemas que venham a ser postos, desde que tragam benefícios para a população da Lezíria do Tejo.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Idália Maria Marques Salvador Serrão (PS)**, lançando o repto para que, em função daquela que fosse a negociação que eventualmente viesse a ser feita com a CIMLT, se pudesse fazer um trabalho com todos os Municípios associados no que dizia respeito às competências e, por outro lado, no sentido de olhar para as empresas municipais e ver quais são aquelas que efectivamente se justificava a sua existência. Disse considerar que a iniciativa privada não resolvia tudo e que o Poder Local já tinha

dado grandes exemplos sobre isso. No entanto, sublinhou que era necessário emagrecer o Estado e havia um trabalho sério a fazer junto das Autarquias, não só sobre a reorganização administrativa, mas também sobre as empresas municipais. A senhora Presidente apresentou ainda outros dois assuntos. Primeiro, tinha sido enviado aos senhores Deputados, junto com a documentação, um relatório da Municípa para conhecimento, uma vez que a CIMLT era membro da Municípa. Outra nota prendia-se com as substituições. Referiu que em algumas Assembleias Municipais não existia um número de senhores Deputados suficiente, indicados pela Assembleia Municipal, que permitissem proceder às substituições na Assembleia Intermunicipal. Assim, nos casos em que a lista fosse exígua, deveria ser encontrada uma solução com a respectiva Assembleia Municipal.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Nelson Pinheiro da Silva Lopes (CDU)**, apresentando a Moção “Obras de Reabilitação dos Pontões da Várzea e Vala Nova na EN118 em Benavente”: A Estradas de Portugal SA está a realizar duas intervenções que esta Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT) reporta da mais elevada importância no troço da EN118 que atravessa a Freguesia de Benavente. As intervenções de Reabilitação, Reforço Estrutural e Alargamento do pontão da Várzea ao KM 37+240 e do Pontão da Vala Nova ao KM 43+480 da EN118 iniciaram-se em Janeiro e têm um prazo de execução de 270 dias, prevendo a Estradas de Portugal SA a sua conclusão para finais de Setembro. Todavia, as obras têm causado imensos constrangimentos/prejuízos a milhares de utentes que diariamente utilizam esta via para as suas deslocações. A título de exemplo, a viagem entre Samora Correia e Salvaterra de Magos (13KM) que habitualmente era feita em 12 a 15 minutos, chega a demorar mais de uma hora com elevados prejuízos para os cidadãos e para as empresas cujas viaturas têm de fazer este percurso e não dispõem de alternativa sem portagens. Considerando o reduzido número de trabalhadores envolvido nas intervenções pela empresa construtora, a Construil – Construtora Duriense, SA; considerando que as intervenções têm decorrido num horário restrito,



sem a realização de trabalho nocturno; considerando que as obras têm um prazo de execução de 270 dias, que deverá terminar em Outubro; considerando que se aproxima a campanha do tomate que vai movimentar no troço da EN118 intervencionado, dezenas de tractores agrícolas e camiões que se dirigem para as fábricas de Benavente e Azambuja; considerando a insuficiência de sinalização das obras, nomeadamente, visível à noite, nos troços que antecedem as intervenções e respectivos estrangulamentos; considerando ser possível a reformulação dos planos de obra, de modo a minimizar os impactos negativos junto de milhares de pessoas e de agentes económicos. Reunida em Sessão Ordinária a 22 de Junho de 2011, a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo delibera solicitar a imediata intervenção da Estradas de Portugal, no sentido de encontrar soluções conducentes ao incremento do ritmo das obras e à minimização das consequências e dos constrangimentos na circulação viária. Solicita-se, ainda, um reforço da sinalização, de modo a prevenir a ocorrência de acidentes.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão (PS)**, referindo que era sabido que as obras tinham que ser feitas, mas efectivamente neste caso poderia haver uma melhoria quer na sinalização, quer no próprio horário das intervenções mais profundas, de forma a não prejudicar tanto as populações e as empresas.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado João Maria da Silva Travessa Filipe (PSD)**, referindo que a bancada do PSD subscrevia a moção da CDU, com mais uma preocupação. O senhor Deputado informou que o senhor Presidente da Câmara de Benavente iria ter uma reunião para que as obras fossem suspensas entre o final de Julho e Setembro, o que vinha causar ainda mais transtorno às populações e empresas.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Nelson Pinheiro da Silva Lopes (CDU)**, informando que a reunião do senhor Presidente da Câmara de Benavente com o Director de Estradas de Santarém visava precisamente encontrar uma solução. A

solução que estava a ser ponderada era a suspensão durante a época do tomate porque não havia mesmo condições para que se pudesse prosseguir com a obra estando essa campanha a decorrer, devido às centenas de tractores e camiões agrícolas que circulavam nessa altura na zona da obra. Referiu ainda que nessa reunião iriam participar também a Direcção da fábrica de tomate de Benavente e a Associação de Produtores de Tomate. Portanto, tudo indicava que iria haver uma solução consensual. O senhor Deputado disse ter também conhecimento que a empresa que estava a fazer a obra estava com dificuldades financeiras. Era mais uma dificuldade para a realização das obras. Terminou a sua intervenção indicando um outro número, neste caso das Estradas de Portugal. Naquele troço passavam por dia cerca de 25 mil viaturas.-----

--- Colocada à votação a Moção “Obras de Reabilitação dos Pontões da Várzea e Vala Nova na EN118 em Benavente”, a mesma foi **APROVADA POR UNANIMIDADE**.-----

-----  
--- Usou da palavra o senhor **Deputado Nelson Pinheiro da Silva Lopes (CDU)**, apresentando a Moção “ Dupla Tributação no Licenciamento de Mensagens Publicitárias”: Desde há algum tempo, muitos dos cidadãos residentes nos Municípios associados na Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, essencialmente pequenos comerciantes locais, estão a receber notificações expedidas pelas estradas de Portugal, SA (EP) para iniciarem o processo de licenciamento da afixação de publicidade nas imediações das estradas nacionais que atravessam os nossos territórios, respeitante à identificação dos seus estabelecimentos, com o pagamento das taxas inerentes a favor daquela entidade. E, conseqüentemente, têm procurado os eleitos locais para manifestarem a sua justa indignação, perante o sentimento de estarem a ser vítimas de uma “dupla tributação” (à Estradas de Portugal e às Câmaras Municipais ou Juntas de Freguesia (no caso de delegação de poderes para o exercício das competências municipais em matéria de Publicidade). Está em causa o Decreto-Lei nº13/71, de 23.01, que institui a área de jurisdição da EP, Estradas de Portugal,



SA, concessionária pública em relação às estradas nacionais e os condicionalismos legais prévios que devem ser respeitados quanto a certas acções de particulares, a desenvolver nas suas imediações, nomeadamente a aposição de tabuletas ou objectos de publicidade, sujeitas a aprovação ou licença, mediante o pagamento de uma taxa, exigida anualmente, a qual importa, actualmente, em 56,79 Euros por cada metro quadrado ou fracção de área de implantação. E a Lei nº97/88, de 17.08, da qual decorre que as câmaras municipais são as entidades públicas competentes para o licenciamento da afixação ou inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial, cabendo, quanto às áreas sob a jurisdição da EP, estradas de Portugal, SA, designadamente, as estradas nacionais, que a concessão da licença seja precedida de parecer prévio, obrigatório e vinculativo. À emissão da licença corresponde o pagamento da respectiva taxa municipal. A actuação da EP, Estradas de Portugal, SA que implica a dupla tributação, reporta-se à problemática jurídica, ainda, hoje, controversa, originada pela sucessão dos diplomas legais referidos, e pela evidente e surpreendente sobreposição parcial de âmbitos de competência entre as câmaras municipais e a EP, Estradas de Portugal, SA. À qual acresce, no seio da própria EP, Estradas de Portugal, SA, a incompatibilidade jurídica decorrente da simultaneidade de ser licenciadora da publicidade e entidade externa à entidade licenciadora, a câmara municipal. A resolução desta questão jurídica não pode (nem deve) passar pela admissão da “dupla tributação ou taxação” dos particulares pela prática de um mesmo acto da Administração Pública, por ilegal e por injusta, devendo prevalecer, a nosso ver, a lei mais recente, a qual transferiu a competência para o licenciamento da publicidade para as câmaras municipais. Considerando tudo o que se afirmou e, ainda que: - desde a entrada em vigor da Lei Nº97/88, de 17.08, há mais de 20 anos, inicialmente a Junta Autónoma de Estradas e hoje a EP, Estradas de Portugal, SA, não adoptaram uma conduta única, no que respeita à sua posição perante a “dupla tributação” da publicidade, actuando, mediante as respectivas estruturas regionais, acerrimamente, em prejuízo dos cidadãos, em certos distritos e municípios, como em

todo o distrito de Santarém e noutros nada fazendo; - tal actuação, ilegal e ajusta (e desigual), atento o elevado número de Estradas Nacionais que atravessam as localidades do País, afecta seriamente dezenas de milhares de cidadãos, incidindo especialmente, sobre os comerciantes e empresários locais, constitui um problema, mais que de relevância local e regional, de impacto nacional; - os montantes das taxas exigidas pela EP, Estradas de Portugal, SA, nos municípios da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, são exorbitantes em face das taxas legais exigíveis e aplicadas pelos municípios ou freguesias; - nas actuais circunstâncias económico-financeiras, tal actuação constitui mais um sério revês na subsistência profissional e pessoal desses comerciantes e empresários; - em 01 de Abril último foi publicado o Decreto-Lei Nº48/2011 que cria e disciplina a iniciativa governamental “Licenciamento Zero”, que prevê, entre outros, no máximo, a partir de 02.05.2012, a eliminação da necessidade de licenciamento da afixação, inscrição e difusão de determinadas mensagens publicitárias de natureza comercial, em cujas categorias conceptuais se enquadram a esmagadora maioria das situações alvo da actuação da EP, Estradas de Portugal, SA. Reunida em Sessão Ordinária, a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo delibera manifestar a sua solidariedade para com os cidadãos afectados pela actuação da EP, Estradas de Portugal, SA, e instar o Conselho Executivo, mediante acção concertada com todos os municípios associados, a diligenciar junto da mesma entidade pública a resolução de tão inusitada situação, a fim de, urgentemente, inflexionar o sentido da posição até agora assumida, sugerindo-se a solicitação de parecer à Associação Nacional dos Municípios Portugueses.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Eduardo José Russo Gomes (PSD)**, referindo que a moção mostrava algumas incongruências legais de diplomas que regulamentavam o mesmo exercício: a afixação de publicidade. Prosseguiu dizendo que na generalidade tendiam a concordar com o que era apresentado, mas tendo em conta a actividade da Comunidade Intermunicipal julgavam também que a CIMLT



tinha ali uma oportunidade para acompanhar de perto o processo, no sentido de poder constituir um regulamento de afixação de publicidade junto das estradas, que pudesse uniformizar procedimentos junto dos seus Municípios. Uma vez que existia competência nessa área das Estradas de Portugal em todo o País e depois a nível local das Juntas e Câmaras a licenciar, era importante que houvesse uma uniformização de procedimentos, para que quem circulasse nas estradas pudesse ter uma percepção igual ao longo dos vários Municípios.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão (PS)**, propondo à CDU, dada a complexidade do assunto, que pudesse suspender a votação até à reunião seguinte e solicitar à Associação Nacional dos Municípios Portugueses um parecer jurídico sobre a matéria e se, efectivamente, se estava a falar de uma ilegalidade ou de uma má interpretação das duas Leis citadas na moção.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Nelson Pinheiro da Silva Lopes (CDU)**, informando que já tinham sido emitidos vários pareceres jurídicos e que já tinha havido reuniões na Direcção de Estradas e, por exemplo, no Distrito de Lisboa ou Leiria, a prática era diferente da do Distrito de Santarém. O que estava em causa não era a Estradas de Portugal cobrar por um parecer, mas sim ela cobrar todos os anos por este parecer. Por exemplo, no Distrito de Santarém, um pequeno toldo que pagaria à Junta de Freguesia 36 Euros anuais, pagaria ainda 5 a 6 vezes mais à Estradas de Portugal todos os anos, por estar à beira de uma Estrada Nacional. O senhor Deputado lembrou que vários juristas emitiram parecer sobre esta matéria, inclusive dentro da própria Direcção de Estradas a questão não era consensual, mas ainda não se tinha conseguido resolver este imbróglio. O senhor Deputado adiantou ainda que via com bons olhos adiar esta situação, mas com um inconveniente. Tinha sido dado um prazo de dez dias úteis para as empresas regularizarem a sua situação e a maior parte dos comerciantes não iam ter condições para proceder a esse licenciamento e iriam incorrer em processo de contra-ordenação, que poderia ter consequências mais graves, devido às pesadas coimas. Assim, na opinião do senhor

Deputado, era uma situação que devia ser resolvida com elevada urgência. Contudo, disse estar de acordo, se fosse entendimento da Assembleia, em aguardar pelo parecer da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, desde que esta Assembleia pudesse também fazer um contacto com a Direcção de Estradas, no sentido de ela conceder mais algum tempo para que as situações pudessem ser devidamente regularizadas.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Idália Maria Marques Salvador Serrão (PS)**, dizendo que esta era uma matéria de grande complexidade jurídica. Assim, uma vez que a Associação Nacional dos Municípios Portugueses parecia ser a entidade que fazia o chapéu sobre todos os Municípios deveria ser essa entidade a dar o parecer sobre esta matéria. Provavelmente poderia também haver necessidade de regulamentação deste tipo de licenciamento. Assim, a senhora Presidente sugeriu que se remetesse esta preocupação, com carácter de urgência, à Associação Nacional dos Municípios Portugueses e que, em face do parecer, se estabelecessem contactos com o membro do Governo que tutelava as Autarquias locais, porque provavelmente haveria necessidade de produzir regulamentação ou reajustamento de legislação que viesse permitir fazer uma leitura regular em todo o território nacional.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Eduardo José Russo Gomes (PSD)**, referindo que a bancada do PSD aceitava a recomendação da Mesa. Em relação ao regulamento, considerou que não deveria haver uma produção imediata, mas no futuro, caso se desenrolasse esta articulação, o conteúdo desta moção pudesse vir a ser equacionado.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado António José Rodrigues (CDU)**, fazendo uma pequena adenda. Que fosse também dado conhecimento à Estradas de Portugal, em termos de Direcção Distrital de Santarém, para que tomassem já conhecimento da preocupação.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT,**



**Idália Maria Marques Salvador Serrão (PS)**, considerando a proposta extemporânea, uma vez que tinha que haver decisão e parecer jurídico. Mas deixava à consideração dos senhores Deputados.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Nelson Pinheiro da Silva Lopes (CDU)**, dizendo estarem disponíveis para que a proposta ficasse a aguardar o parecer da Associação Nacional dos Municípios Portugueses. Contudo gostariam que o Conselho Executivo da CIMLT pudesse fazer alguma diligência junto das Estradas de Portugal, no sentido de que os prazos dados fossem prorrogados para não haver prejuízo dos utentes. Por outro lado, lembrou que se o Licenciamento Zero avançasse, esta era uma das iniciativas que iria deixar de estar a partir de Maio sujeita a licenciamento. Portanto deixaria de estar sujeita também a esta tributação. Assim, seria um problema que poderia deixar de existir. De qualquer forma, teriam dúvidas se, perante as indicações da Troika, a questão do Licenciamento Zero iria ou não avançar.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes (PS)**, referindo que estariam a falar de um assunto nacional e provavelmente já teria sido abordado pela Associação Nacional dos Municípios Portugueses. Afectava todos os Municípios. Assim, sugeriu que a consulta a sair da Assembleia Intermunicipal da CIMLT fosse dirigida à Associação Nacional dos Municípios Portugueses, com um pedido de esclarecimento urgente sobre a situação, e se esse esclarecimento não fosse favorável aos Municípios, que a Associação Nacional fizesse diligências junto do Governo para que toda a publicidade colocada junto das Estradas Nacionais fosse tratada no âmbito dos regulamentos municipais.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Nelson Pinheiro da Silva Lopes (CDU)**, referindo que a CDU concordava com a referida proposta.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Idália Maria Marques Salvador Serrão (PS)**, concluindo que esta moção ficaria

pendente até se receber o parecer da Associação Nacional dos Municípios Portugueses. Solicitou ainda que esse parecer fosse posteriormente remetido a todos os grupos políticos representados na Assembleia Intermunicipal da CIMLT.-----

-----  
--- **ORDEM DO DIA**-----

---- Passou-se de seguida ao **Primeiro Ponto da Ordem do Dia - Apreciação da Actividade da Comunidade Intermunicipal**.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes (PS)**, referido que o escrito apresentado era suficientemente exaustivo. Mas estavam disponíveis para todas as questões dos senhores Deputados. Não havendo pedidos de uso da palavra passou-se ao ponto seguinte da Ordem do Dia.-----

--- Passou-se de seguida ao **Segundo Ponto da Ordem do Dia - Apreciação e Votação de Proposta de Segunda Revisão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2011**.-----

--- Colocada à votação a Proposta de Segunda Revisão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2011, a mesma foi **APROVADA POR UNANIMIDADE**.--

-----  
--- Passou-se de seguida ao **Terceiro Ponto da Ordem do Dia - Apreciação e Votação de Proposta de Projecto de Regulamento para Inspeção de Ascensores, Monta-Cargas, Escadas Mecânicas e Tapetes Rolantes, Taxas e Regime Sancionatório da CIMLT**.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Eduardo José Russo Gomes (PSD)**, informando que o PSD iria votar favoravelmente, uma vez que sendo uma das actividades que a Comunidade Intermunicipal desenvolvia com alguma regularidade parecia desejável que existisse um regulamento a definir todos os procedimentos.-----

--- Colocada à votação a Proposta de Projecto de Regulamento para Inspeção de Ascensores, Monta-Cargas, Escadas Mecânicas e Tapetes Rolantes, Taxas e Regime

Sancionatório da CIMLT, a mesma foi **APROVADA POR UNANIMIDADE**.-----

--- Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pela Presidente, Vice Presidente e Secretária da Mesa.-----

--- A PRESIDENTE



--- A VICE PRESIDENTE

Ana Paula Ferreira Gonçalves

--- A SECRETÁRIA

